



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 14033.000322/2005-07  
Recurso nº : 136.913  
Acórdão nº : 204-02.282

MF-Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 16 / 10 / 07  
Rubrica

2ª CC-MF  
Fl.

Recorrente : CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A  
Recorrida : DRJ em Brasília - DF

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 08 / 10 / 07  
*Bryan*  
Maria Luzinir Novais  
Mat. Siepe 91641

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.** Defeso está o conhecimento de recurso voluntário apresentado fora do prazo legal previsto no artigo 33 do Decreto nº 70.235/72.

**Recurso não conhecido**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A – ELETRONORTE.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso por intempestivo.**

Sala das Sessões, em 27 de março de 2007.

*Henrique Pinheiro Torres*  
Henrique Pinheiro Torres  
Presidente

*Leonardo Siade Manzari*  
Leonardo Siade Manzari  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Jorge Freire, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Nayra Bastos Manatta, Júlio César Alves Ramos, Flávio de Sá Munhoz e Mauro Wasilewsk



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

F - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFIRME COM O ORIGINAL

08 / 10 / 07

2<sup>a</sup> CC-MF  
Fl.

Processo n<sup>º</sup> : 14033.000322/2005-07  
Recurso n<sup>º</sup> : 136.913  
Acórdão n<sup>º</sup> : 204-02.282

*Sra. Maria Luzimai Novais*  
Mat. Série 91641

Recorrente : CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRO NORTE

RELATÓRIO E VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
LEONARDO SIADE MANZAN

Tratam os presentes autos de recurso voluntário apresentado pela empresa CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRO NORTE, em 21 de setembro de 2006, contra Acórdão proferido pela Quarta Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Brasília - DF, que não acolheu a impugnação da contribuinte. A recorrente foi cientificada do referido Acórdão DRJ/BSA n.º 18.077 em 21/09/2006, conforme AR juntado à fl. 51.

Acontece que a peça recursal somente foi apresentada em 24/10/2006, quando já havia se esgotado o prazo de 30 dias para interposição de recurso voluntário ao 2º. Conselho de Contribuintes, conforme previsto no artigo 33 do Decreto 70.235/72, o que caracteriza intempestividade e implica o não conhecimento do recurso.

Isto posto e:

CONSIDERANDO que o recurso voluntário evidencia-se como intempestivo, à luz dos elementos constantes dos autos e da legislação vigente;

CONSIDERANDO tudo o mais que dos autos consta,

VOTO no sentido de não conhecer do presente Recurso Voluntário por ter sido apresentado fora do prazo legal.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2007.

*[Assinatura]*  
LEONARDO SIADE MANZAN